

# A FLORESTA VAI ENTRAR PELO CANO

Gasoduto abre novo campo de batalha entre Petrobrás e ambientalistas. POR JOSÉ ALBERTO GONÇALVES

**O** CONFLITO DA PETROBRÁS COM os ambientalistas parece não ter fim. Após o desgaste sofrido com os recentes derramamentos de petróleo, a companhia volta a enfrentar duro embate com organizações não-governamentais, cientistas e órgãos ambientais. Agora, em torno de um gasoduto que vai atravessar uma das áreas mais preservadas e desconhecidas da floresta amazônica, habitada por dez grupos indígenas, com alta biodiversidade e zonas sensíveis, como a várzea do rio Purus.

O gasoduto, um dos principais projetos de infra-estrutura do Avança Brasil, consumirá investimento de quase US\$ 700 milhões (contando as linhas de transmissão e usinas), estendendo-se ao longo de 522 quilômetros entre o Pólo Arara, na Província Petrolífera de Urucu (AM), e Porto Velho (RO). Se tudo correr como o esperado pelo governo, transportará diariamente 2,3 milhões de metros cúbicos de gás natural a partir de 2004.

Embora os ambientalistas insistam na necessidade de a Petrobrás estudar

outras alternativas de suprimento de energia, que poupem floresta, índios e ribeirinhos, a empresa alega que a decisão de substituição do diesel pelo gás de Urucu foi tomada em 1995, após o governo federal comparar custos e impactos ambientais de diferentes opções. O professor Roberto Schaeffer, da Coordenação de Pós-Graduação em Engenharia (Coppe) da UFRJ, acha, em tese, o gás de Urucu a melhor opção, mas seria conveniente o governo atualizar os estudos de 1995 para tornar mais transparentes os argumentos.

**Segundo Paulo Cesar** Domingues, gerente de planejamento energético da Eletronorte, o custo da geração a diesel hoje em Porto Velho seria de US\$ 115 o MWh, caso não existisse o subsídio concedido à estatal na compra de combustível por meio da Conta de Consumo de Combustível (CCC), bancada com dinheiro das contas de luz em todo o País. Com a CCC, que termina em 2013, o custo de geração a diesel em Porto Velho baixa para US\$ 45 o MWh. A Amazônia recebeu cerca de R\$ 635 milhões da CCC em 2001, estima a Eletronorte.

Como a Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) autorizou o uso da CCC também para a geração a gás, afirma o gerente da Eletronorte, o custo total de geração com o combustível neste caso será de, no máximo, US\$ 34 o MWh em Porto Velho. Não fosse a CCC, o gasto alcançaria até US\$ 52 o MWh.

Para mudar a matriz energética da Amazônia Ocidental, a Eletronorte e a Petrobrás fecharam acordos com a

## FRAGILIDADE.

Uma nova Transamazônica? A opção é o País inteiro continuar arcando com o alto custo da energia

## CLAREIRA.

O Pólo Arara foi construído pela Petrobrás na Província Petrolífera de Urucu para a extração de gás natural



norte-americana El Paso, uma das maiores companhias de gás natural do mundo. A Eletronorte assegurou a compra por até 20 anos de energia gerada em Porto Velho na Termonorte I e na Termonorte II, que têm o capital sob controle da El Paso e da CS Participações – esta empresa de Salvador (BA) também se associou à Petrobrás na Rongás, companhia que fornecerá o gás às térmicas da El Paso. Até julho de 2003, a geração das duas usinas alcançará 404 MW, ainda a partir do diesel, com investimento total de US\$ 300 milhões, efetuado com recursos próprios.

Outra associação montada foi a TNG Participações, dona do gasoduto Uruçu-Porto Velho e controlada pela Gaspetro, subsidiária da Petrobrás, e Dutonorte (outra associação da El Paso com a CS Participações). Gavin Garcia, gerente de transporte de gás da El Paso para o Mercosul, conta que a TNG negocia com o BNDES o financiamento para a construção do gasoduto.

**Já considerado** um dos mais polêmicos estudos de impacto ambiental (EIA/Rima) que passaram pela análise do Ibama, o documento da Petrobrás foi debatido em cinco exaustivas audiências públicas no Amazonas e em Porto Velho em fevereiro e março. A Comissão Pastoral da Terra, a Amigos da Terra e o WWF pedem ao Ibama que solicite novo EIA/Rima, por considerarem fraco o documento da Petrobrás. A tendência é que o Ibama peça à estatal que empreenda novas pesquisas de campo e trate com mais cuidado alguns temas delicados, como a questão indígena e as áreas de várzea.

“O gasoduto Uruçu-Porto Velho abre o coração da Amazônia para invasões de madeireiros, garimpeiros e agricultores, cortando uma região onde há grandes blocos intactos de floresta”, diz Philip Fearnside, pesquisador do Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (Inpa). Além disso, o monitoramento mensal por helicóptero, proposto no documento da Petrobrás para auxiliar os fiscais ambientais, é considerado ineficaz e insuficiente pelo pesquisador, que critica, ainda, a pouca atenção dada no EIA/Rima à questão das invasões, tratada em menos de uma página.

“Esta preocupação baseia-se em relatos de outras regiões do mundo e de uma época em que a construção de dutos seguia procedimentos análogos aos

da abertura de estradas”, contrapõe Ângelo Francisco dos Santos, gerente de segurança, meio ambiente e saúde de gás natural da Petrobrás. “Como não haverá cortes alterando a inclinação natural do terreno, será inviável o trânsito mesmo para um carro com tração nas quatro rodas. Todas as pontes construídas para a obra serão removidas”, diz.

O próprio EIA/Rima, contudo, admite que a faixa de servidão de 20 metros de largura que acompanhará o duto “poderá representar um acesso a porções de floresta ainda muito preservadas, principalmente por madeireiros com interesses comerciais”. (EIA, capítulo 10, página 39.)

**Além de invasões de madeireiros**, o Instituto de Proteção Ambiental do

Amazonas (Ipaam) alega que o EIA/Rima da Petrobrás é superficial na análise sobre a várzea do rio Purus, uma das áreas mais preservadas e piscosas da Amazônia, como reconhece o próprio estudo da Petrobrás. “Quanto se pesca na várzea do Purus? A pesca será paralisada durante as obras? Haverá monitoramento ambiental da área após a conclusão das obras?”, indaga Maria do Carmo Santos, diretora-técnica do Ipaam. “Qualquer recurso atingido será avaliado antes e indenizado”, responde Santos, da Petrobrás.

Outra frente de críticas à Petrobrás vem da área indígena. O sertanista Wellington Gomes Figueiredo, do Departamento de Índios Isolados da Funai, diz haver indícios de que índios isolados, sem contato com a sociedade nacional, habitam afluentes do rio Purus. Por isso, afirma, a Petrobrás precisaria ter discutido com os sertanistas da Funai uma estratégia para identificá-los antes do início das obras, a fim de tomar providências, como

#### O TRACADO DO GASODUTO



**A ESTATAL ARGUMENTA: NÃO HÁ AMEAÇA DE INVASÕES DE MADEIREIROS PORQUE A MATA CONTINUARÁ FECHADA, QUALQUER RECURSO NATURAL ATINGIDO SERÁ INDENIZADO E ÁREAS INDÍGENAS FICAM A MAIS DE CINCO QUILOMETROS**

desvios do traçado do gasoduto. "E isso leva um bom tempo." É comum, ainda, conta o sertanista, que grupos pequenos fujam de suas aldeias, ao perceber a movimentação de helicópteros, máquinas e gente.

Segundo o EIA/Rima, antes que as obras comecem, a Funai participará da elaboração de um programa para melhorar a qualidade de vida das populações indígenas afetadas pelo gasoduto. "No entanto, nenhuma terra indígena e nenhum igarapé que seja utilizado pelos índios serão atravessados pelo gasoduto", diz Santos. Segundo a Petrobrás, a área indígena mais próxima localiza-se a cinco quilômetros do futuro duto.

**Muitos dos problemas** apontados no EIA/Rima por Fearnside, órgãos ambientais e ONGs são atribuídos ao período dedicado às pesquisas de campo, que totalizaram 27 dias em duas campanhas realizadas em novembro de 2000 e fevereiro de 2001. Em caráter reservado, técnicos do Ministério do Meio Ambiente com larga experiência na análise de EIA/Rimas também consideraram excessivamente enxuto o levantamento de campo do estudo.

"Esta é uma discussão acadêmica", afirma Angélica Laureano, coordenadora do projeto Urucu-Porto Velho pela Petrobrás. "Os técnicos envolvidos no trabalho, trabalhando em instituições de renome, como o Museu Emílio Goeldi e o Inpa, se sentiram confortáveis para apresentar suas conclusões baseados nas duas campanhas de campo realizadas."

Afinal, não seria exagerada a previsão da Amigos da Terra de que o gasoduto poderá inaugurar uma nova década de destruição na Amazônia, equiparando-se à construção da Transamazônica?

"É muito mais grave o cenário que visualizamos para o gasoduto. Na época da Transamazônica, o governo militar precisava ser proativo, com propaganda e incentivos econômicos para convencer colonos a migrarem para a Região Norte. Hoje, há uma pressão social espontânea de ocupação da Amazônia, principalmente a partir de Rondônia", avalia Roberto Smeraldi, diretor da Amigos da Terra. ■

## E AGORA, VAI?

Candidato a reitor da UFRJ recebe apoio de professores, estudantes, funcionários e políticos. POR FLAVIO LOBO

**E**STA SEMANA, NO RIO DE JANEIRO, armou-se um grande movimento de apoio político. O apoiado não é, como se poderia imaginar, algum candidato ao governo do Estado ou do País, mas a gestor de uma universidade.

Nos dias 12, 13 e 14 de março, os professores, estudantes e funcionários da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) foram consultados sobre quem deveria ser o seu novo reitor. O preferido, com 85% dos votos, foi o economista Carlos Lessa, professor titular e decano do Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas (leia entrevista na página ao lado). Imediatamente, teve início uma sucessão de manifestações em favor do resultado.



**IMPOSIÇÃO.** Paulo Renato indicou Vilhena em 1998

No dia 18, a Câmara de Vereadores do Rio aprovou, por unanimidade, uma moção de apoio. No dia seguinte, os três senadores pelo Estado assinaram um "voto de aplauso à comunidade da UFRJ". Dia 20, foi a vez de ns 61 deputados presentes na Assembléia Legislativa do Estado referendarem a moção aprovada pelos vereadores. Representantes do governo Garotinho, da CUT, da UNE e várias personalidades do Estado juntaram-se à "frente pró-UFRJ".

Dia 21 o colégio eleitoral da universidade se reuniu para definir a relação de candidatos a reitor a ser encaminhada ao MEC. Resultado: Lessa novamente ficou em primeiro, com 49 votos. Abaixo dele, os professores José Luiz Monteiro (oito

votos) e Sílvia Vargas (sete votos). Detalhe: os dois outros nomes da lista tríplice fazem parte da chapa encabeçada por Lessa. O recado ao governo federal, que nomeará um dos relacionados na lista, fica bem claro: é Lessa, ou Lessa.

Mas por que tanto zelo e pressão política? A resposta está na história recente da UFRJ, a maior universidade federal do País, com cerca de 30 mil alunos, mais de 3 mil professores e orçamento anual na casa dos R\$ 650 milhões.

**Nos últimos anos**, a UFRJ tem sido o mais visível teatro de operações do embate travado nas universidades federais. Nessa batalha o ataque é das políticas, ditadas modernizadoras, do governo federal.

Nas barricadas de defesa, agrupa-se, razoavelmente unida, a maior parte dos membros das três categorias que compõem as universidades: professores, funcionários e estudantes.

Na UFRJ, em outubro de 2001, durante a maior greve da história das federais, as metáforas bélicas do confronto político viraram realidade. Em virtude da paralisação, o Conselho de Ensi-

no de Graduação (CEG) havia decidido suspender as provas, mas a reitoria da UFRJ recusou-se a adiá-las. Resultado: confronto entre a polícia e manifestantes que tentavam impedir a realização do vestibular, pessoas feridas, índice recorde de abstenção e o posterior cancelamento do exame, que foi remarcado para março de 2002.

A "batalha do vestibular" teve no reitor José Henrique Vilhena seu mais proeminente general. Mas Vilhena já estava no olho do furacão desde a sua nomeação para o cargo. Segundo nome da lista tríplice encaminhada ao MEC, Vilhena havia ficado em terceiro lugar na consulta à comunidade da UFRJ, com 11% dos votos. Primeiro colocado, na consulta e na lista